



Revista de Administração, Sociedade e Inovação

<http://www.rasi.vr.uff.br>

RASI, Volta Redonda/RJ, v. 9, n. 1, pp. 01-10, Jan./Abr. 2023

O despertar de uma nação: esperança, a maturidade das instituições e o meio ambiente

Marcelo Gonçalves do Amaral, D.Sc., Editor-Chefe RASI, PPGA/UFF e PPGDIN/UFF

Bruno Brandão Fischer, D.Sc., Editor Associado Sênior, FCA/UNICAMP

Sheila Serafim da Silva, D.Sc., Editora Associada Sênior, FIA

Virgílio César da Silva e Oliveira, D.Sc., Editor Associado Sênior, PPGA/UFJF e PROFIAP/UFJF

Jorge Tello-Gamarra, D.Sc., Editor Associado, FURG

Livia Almada Neves, D.Sc., Editora Associada, UFJF

Luis Eduardo Brandão Paiva, D.Sc., Editor Associado, UNINOVE

Edilane dos Reis Carraro, M.Sc., Coordenadora Editorial RASI



Universidade
Federal
Fluminense

R. Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Bloco A, sl. 218, Atterrado.
27213-415 - Volta Redonda, RJ - Brasil

www.uff.br

Copyright © 2022 RASI. Todos os direitos, até mesmo de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte.

O despertar de uma nação: esperança, a maturidade das instituições e o meio ambiente

Retomamos a ideia apresentada na edição anterior de que escrever um editorial nem sempre é fácil (Amaral *et al.*, 2022). O editorial, além de apresentar informes sobre a revista, deve posicionar os leitores sobre o propósito da publicação (Amaral *et al.*, 2020a; Abdalla, 2018). Em adição, é importante contextualizar o ambiente no qual estamos inseridos, dialogando com os elementos que envolvem a ciência e a tecnologia no país e no mundo (como em Oliveira, Amaral, & Carraro, 2021; Ruffoni, Fischer, & Amaral, 2021; Amaral *et al.*, 2020b). Diferentemente do editorial anterior, em que buscamos um otimismo no fundo dos nossos corações, escrevemos este aqui com um otimismo transbordante.

Este é o penúltimo editorial da presente equipe e deixaremos a apresentação de informações científicas e webométricas da revista para o editorial final, assim como informações relativas a nova gestão. Aqui, queremos tratar de outros temas que, de uma forma geral, afligem quem trabalha com educação, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento econômico no Brasil.

A publicação deste editorial no dia 1º de janeiro de 2023 acontece junto com um marco histórico no Brasil: a mudança da chefia do poder executivo. A RASI, institucionalmente, não se posiciona politicamente, mas sim tematicamente, sempre em defesa da educação, ciência, tecnologia e inovação. Entretanto, dado o histórico anterior do grupo que acenderá ao poder, podemos dizer que a esperança está de volta para os nossos campos de atuação, particularmente, para as universidades públicas, nas quais avanços notáveis ocorreram entre 2005 e 2014. Mesmo sabendo que 2023 não será um ano fácil, a luz parece que acendeu no fim do túnel.

Contudo, cabem aqui alguns *entretantos*. Sabemos que o momento político e econômico é diferente e que o comportamento passado não explica o comportamento futuro. Sabemos ainda que a nossa nação está dividida. É possível dizer que o Brasil que acordou em 2013, cuja população manifestou sua insatisfação com o Estado e buscou seus direitos, se tornou um país rancoroso, agressivo e cindido. Nossa percepção é que esse caminho é sem volta, e que em grandes democracias é normal uma diversidade de posicionamentos e opiniões, sendo algumas, por vezes, estapafúrdias ou extremistas, e que o mecanismo democrático é exatamente a forma de se encontrar uma agenda e um caminho comum para o avanço daquela sociedade.

O exemplo norte-americano sempre serve de referência. A bipolaridade entre os dois grupos dominantes não se converte em extremismos em função da maturidade das instituições e o chamado mecanismo de “pesos e balanços”. Grupos de opiniões mais radicais acabam perdendo espaço nesse “jogo” político.

Na nossa democracia ainda infantil e tão abalada por populismos e golpismos ao longo do século XX, esses mecanismos ainda estão em construção. E a maturidade, tanto do Estado quanto da sociedade, ainda é baixa. Assim, parte desse editorial vem discutir refletir sobre as instituições e o seu papel no desenvolvimento.

Seguindo a discussão sobre o gigante que acordou, é normal (e até esperado) que o pêndulo, em um primeiro momento, ganhe força e penda para os extremos. É compreensível que grupos não representados ou não ouvidos se expressem de forma ruidosa. Pensamos que esse Brasil conflitado e polarizado de hoje não é ruim (em uma visão de médio e longo prazo), mas sim o despertar de uma nação para lidar com toda a complexidade de um país continental com mais de 210 milhões de pessoas que se situa entre as maiores economias do mundo. Supomos (e temos a expectativa) que, aos poucos, esse pêndulo perderá força e passará a navegar dentro de uma normalidade esperada, que significará um bom funcionamento do mecanismo democrático.

Esse despertar não é novo, provavelmente aconteceu em 1930, em 1961, em 1989, e nos levou a rupturas, mudanças e busca de novos caminhos. Infelizmente, na maior parte dos casos também desembocou em vielas e avenidas não esperadas, que foram negativas para parte da população e dos interesses manifestos e que terminaram em processos de amordaçamento da nossa sociedade.

Os movimentos populares de 2013 nos levaram a questionamentos profundos, inclusive da própria democracia e do estado democrático de direito, como estamos vendo ao longo dos últimos anos. Questionamentos amplificados pelos *prosumers* das redes sociais, espaços onde todos opinam, mas consomem apenas opiniões similares as suas em função dos filtros promovidos pelos grupos e pelos algoritmos. Questionamentos amplificados também pelas mazelas históricas do país, como a desigualdade e a excessiva concentração de renda, que se refletem no modelo político no qual a elite econômica e política se confundem e se perpetuam no poder fazendo um discurso protopopular, que na verdade esconde uma xenofobia a pobreza e uma voraz dilapidação do Estado dominado pelo patrimonialismo dos interesses privados e pessoais. Democracia banguela e distorcida de leis pouco explícitas (e as vezes pouco lógicas), onde o judiciário interpreta e legisla porque o legislativo não o faz. Criticar o judiciário por extrapolar sua função não resolve o problema, mas sim repensar o modelo político, em que a excessiva atomização partidária, como um dos diversos exemplos, só faz ampliar o conflito de interesses entre grupos pseudorepresentativos e pseudodemocráticos.

Temos a esperança de que a maturidade e o equilíbrio sejam construídos a partir de hoje e que mesmo havendo espaço para todas as opiniões e visões que consigamos construir uma agenda comum para um futuro melhor.

Esperamos um estado que cuide de suas atribuições principais (primariamente saúde, educação, segurança pública, defender as fronteiras e a moeda, e garantir a legalidade dos contratos) e da institucionalidade e tutele menos o cotidiano das pessoas, sua cultura e seus costumes. O conflito entre progressistas e conservadores, nos costumes, entre neodesenvolvimentistas e neoliberais, na economia, assim como outras polarizações são parte de uma democracia madura, mas não são o fim em si mesmo. São ideias, posições e posturas que devem construir uma agenda de avanço na prosperidade para todos e não de retrocesso de direitos ou para o benefício de poucos.

Nesse contexto, não queremos entrar nas questões em si, mas de um prisma mais amplo propor um tema que pode ser o elo entre os diversos interesses e pode se constituir no carro-chefe de uma nova agenda para o país. Trata-se da sustentabilidade ambiental, para a qual uma sessão foi dedicada neste editorial. Sua escolha se deve não somente por ser o tema da moda, mas por ser um tema global, complexo e de alto impacto na vida dos oito bilhões de seres humanos que habitam o planeta azul.

Para tratar deste tema iniciamos por uma discussão sobre o papel das instituições, cujo amadurecimento é um elemento central na construção de uma sociedade próspera e sustentável.

Instituições e Desenvolvimento: Reflexões Atuais

Instituições, um termo relativamente vago, pode ser associado a aspectos formais e informais do cenário socioeconômico (Freeman, 1995; Dahlman, 1994; Nasierowski & Arcelus, 2003). Por um lado, as instituições incluem políticas públicas, institutos de pesquisa, universidades e outros órgãos governamentais. Sob esses pressupostos, as ações de políticas públicas representam uma peça central da arquitetura dos sistemas socioeconômicos (Whitley, 2007). Por outro lado, as instituições podem ser identificadas como *"regras do jogo em uma"*

sociedade ou, mais formalmente, são as restrições concebidas que moldam a interação humana. Em consequência, estruturam incentivos nas transações entre indivíduos, seja estas políticas, sociais ou econômicas" (North, 1990, p. 3, tradução nossa). Johnson (1992) oferece uma definição semelhante, onde hábitos, rotinas, regras, normas e leis estão no centro da interação social.

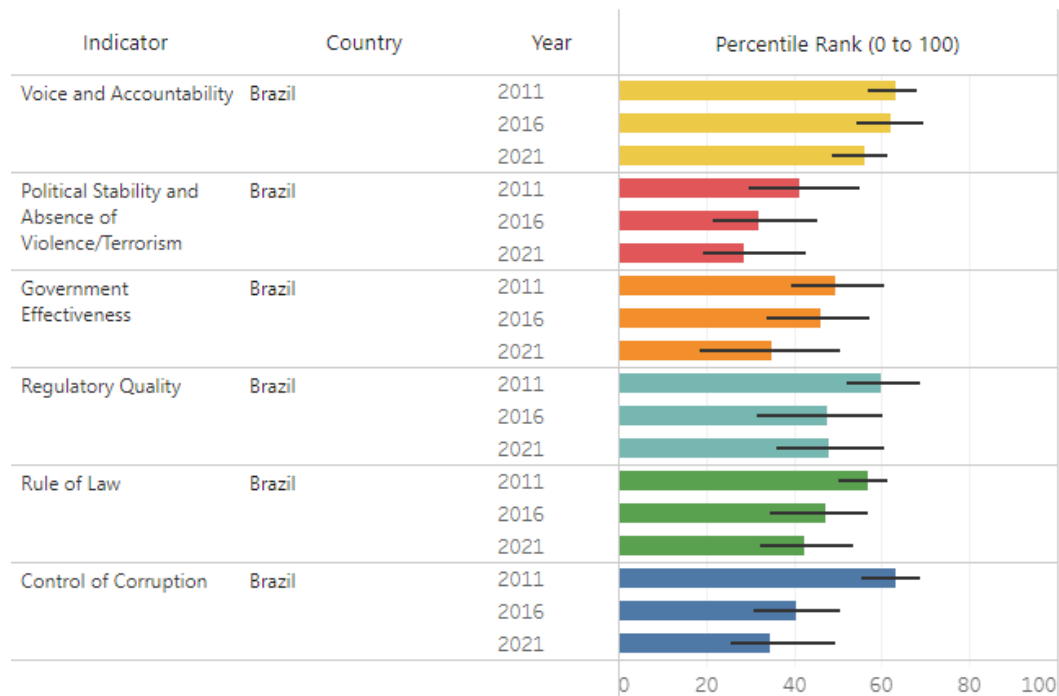
Assim, instrumentalmente, o papel das instituições, formais ou não, é o de fornecer bases perenes e previsíveis sobre as quais as transações ocorrem (Ostrom, 2005; March & Olsen, 2006), coordenando assim a produção e o intercâmbio (Pinto & Pereira, 2013). Nesse sentido, são as instituições que delimitam os incentivos existentes no tecido social para que determinados comportamentos socioeconômicos – desejados ou não – tenham lugar (Rodrik, 2000). Como consequência deste arcabouço teórico, temos que as instituições operam uma função central na dinâmica de desenvolvimento socioeconômico (Acemoglu & Johnson, 2005). Assim, devemos ter em mente que "*as instituições não são neutras e apresentam diferentes missões e níveis de eficiência*" (Niosi, 2002, p. 300, tradução nossa).

Na mesma linha, alguns autores destacam os diferentes graus de qualidade institucional que podem ser observados entre as nações, bem como suas implicações em termos de compreensão da heterogeneidade no desempenho econômico dos países (Pinto & Pereira, 2013; Nelson & Sampat, 2001). Por exemplo, Hall e Jones (1999) discutem que a infraestrutura social (combinação de instituições e políticas públicas) tem impactos substanciais sobre os níveis de produtividade das nações. Complementarmente, Tebaldi e Elmslie (2013) constataram que a qualidade institucional possui um papel central nas capacidades tecnológicas.

Para complexificar este assunto, Acemoglu e Robinson (2012) e Glaeser et al. (2004) apresentam que há muita endogeneidade na interação entre evolução econômica e qualidade institucional. Ou seja, estamos falando de eventos que estão associados a intensos níveis de retroalimentação, uma situação que supõe desafios adicionais para países em estágios menos avançados de desenvolvimento – como é o caso do Brasil. Neste caso, a baixa qualidade institucional leva a usos menos eficientes de recursos escassos (Castellacci & Natera, 2013), mantendo ciclos de subdesenvolvimento que sustentam a típica condição de armadilha de renda média.

O que podemos observar no Brasil ao longo da última década – e, em especial, em anos recentes – é uma acentuada erosão da nossa qualidade institucional (Gráfico 1). Isto demonstra uma senda pernicioso *vis-à-vis* as possibilidades de desenvolvimento do país. Involuímos em aspectos diversos, seja do ponto de vista da estabilidade política, efetividade de governo, império da lei ou controle da corrupção.

Gráfico 1. Indicadores Globais de Governança



Fonte: Banco Mundial - <https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports> (2022)

Por si só, esta é uma discussão relevante e que merece centralidade nos debates sobre o sistema econômico e na gestão de organizações públicas e privadas. Mas enfrentamos agora um momento histórico que justifica esclarecer o que deveria ser parte indiscutível e inegociável de sociedades modernas. Instituições podem, devem e precisam ser aperfeiçoadas. Não somente quando falhas ou mesmo disfuncionais. Elas precisam evoluir com o corpo social ou correm o risco de se tornarem anacrônicas. Isto não é - e jamais será - alcançado por meio de rupturas institucionais com forte cunho autocrático. Não importa o viés ideológico.

Vivemos em um país que já sofreu alguns golpes de Estado – normalmente camuflados por algum eufemismo, como “revolução”, “movimento civil-militar” e/ou “intervenção”, sendo este último o termo do dia em voga. Longe de haver propiciado ajustes em nossa trajetória de desenvolvimento, tais iniciativas causaram retrocessos com custos altíssimos em diversas esferas, nos jogando em décadas de atraso frente ao cenário global e tornando o país em um hostil e imprevisível ambiente para gestores.

A democracia é um sistema complexo, seja qual for sua forma de operacionalização, requerendo a implementação de “pesos e contrapesos” para seu correto funcionamento. A vontade de poucos não pode prevalecer sobre a de muitos. Por outro lado, as minorias devem ser respeitadas, pois são elementos legítimos de sociedades plurais. Equilíbrios complexos entre direitos e deveres, mas essenciais para evitar aventuras institucionais, que seguramente não nos levarão para uma trajetória mais alvissareira, e sim, nos jogarão em um limbo como país do qual precisaremos de décadas para nos recuperar.

Não há solução fácil ou rápida para traçar um caminho de desenvolvimento que se sustente e esteja alinhado com os desafios que o século XXI expõe – mudanças climáticas, desigualdade de diversos tipos, novos conflitos de amplo alcance, avanço de novas tecnologias, pandemias, entre outros. Precisamos, sem sombra de dúvida, como parte de uma sociedade, buscar coesão e trabalhar para que nossas instituições sejam melhoradas e modernizadas. Que

isso não seja confundido com o caos, a desordem e a terra arrasada que vêm no vácuo de rupturas institucionais irresponsáveis e motivadas por um desconhecimento absoluto dos mecanismos que regem a vida em sociedade. Em especial vinda daqueles que promovem a dilapidação sistemática da qualidade institucional do país.

Sustentabilidade ambiental: um tema complexo, mas essencial

Em novembro de 2022, os representantes de diversos países se reuniram na maior convenção já realizada globalmente sobre mudanças climáticas – Conferência das Nações Unidas de Mudanças Climáticas (COP-27). Há muito tempo esse assunto está em pauta, mas nem todos os países aplicam medidas efetivas para conter a degradação ambiental e as suas consequências. Resta saber se todos realmente se importam com o futuro.

Desde 1995, essa convenção é realizada periodicamente e se pode atribuir a ela medidas importantes adotadas no nível global, tais como o protocolo de Kyoto, em 1997, que prometeu reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE); em 2009, o auxílio a países vulneráveis para mitigarem os efeitos das ações climáticas; o recente Acordo de Paris, em 2015, que propunha limitar o aumento da temperatura média mundial, entre outras ações que se tornaram relevantes na história da convenção; e, a mais recente, de 2022, que é o fundo de perdas e danos que objetiva ajudar financeiramente países mais vulneráveis na recuperação de desastres climáticos.

Cuidar do meio ambiente é um desafio para todos: empresas, governos e indivíduos. As metas, portanto, se fazem necessárias e aumentam a responsabilidade dos países mais desenvolvidos ou em desenvolvimento. Mas, querer não é suficiente, pois ações são necessárias. E elas se concretizam por meio das instituições em alianças, pactos, acordos e uma agenda que se comprometa a cuidar do presente para um futuro mais promissor. A agenda atual – com horizonte de 2030 – se resume em temas e metas expressos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) por meio do qual países e organizações, em todos os níveis, podem ou não (de fato) se comprometer. Cabe aqui lembrar que a educação de qualidade está entre os ODS.

Se por um lado, em meio a tantas catástrofes naturais, muitos governos e empresas insistem em não cuidar do meio ambiente; por outro, as pressões de investidores, líderes empresariais e até políticos quanto à responsabilidade ambiental é crescente.

O relatório mais recente da Organização das Nações Unidas (ONU) alerta que a poluição desenfreada tem contribuído para o aumento de eventos extremos como a mudança agressiva do clima, como a Europa vivenciou em 2022, por meio de ondas fortes de calor, bem como outras regiões experimentaram, por meio de fortes secas ou ciclones tropicais.

A emissão de GEE é o foco desse debate e as empresas têm um papel imprescindível nesse tema. Contudo, os relatórios (muitas vezes não auditáveis) de ESG (*Environmental, Social and Governance*) nem sempre traduzem o real comprometimento com o clima e cabe ao mercado, ao governo e ao consumidor individual exercerem contribuições. Recentemente, Bill Gates afirmou que as medidas a serem adotadas para cuidar do clima devem ser agressivas; todavia, somente a regulamentação não é suficiente. Está claro que as empresas têm desafios e responsabilidades ímpares nesse contexto.

Em um país onde os desastres ambientais não têm freio e o investimento em educação, ciência e tecnologia é cortado de modo recorrente, a preocupação ambiental só pode ser uma das últimas das prioridades do governo (isso se houver alguma preocupação com o tema). A degradação ambiental no Brasil não é recente, mas no governo que se encerra em 2022 culminou em um processo de flexibilização das leis de desmatamento e mineração (Da Silva &

Fearnside, 2022), que agrava a situação ambiental atual do Brasil, levando o país na direção oposta à da COP. Isso tem a ver com as mudanças de ministérios e cargos-chave que influenciam as ações de fiscalização e controle ambiental, lentidão em solucionar problemas ambientais, cortes de verbas, liberação do uso de agrotóxicos, críticas e decretos que inibem esforços de fiscalização governamental, combate ao desmatamento e outras ações ilegais (Da Silva & Fearnside, 2022). Fatos esses que foram vivenciados pela comunidade brasileira e que podem ser lidos e escutados por muitos canais.

O tema é da moda e complexo sim, mas muito necessário, pois precisa ser levado à sério e, em primeiro lugar, por quem governa e tem poder e influência para frear ações de destruição do meio ambiente. Somente no nível governamental é possível fortalecer leis, fiscalizar, controlar e combater o enriquecimento ilegal de poucos em detrimento do bem comum.

Mas, como dito no início deste editorial, há esperança também para o meio ambiente. Esperamos que as ações propostas pela última edição da convenção da mudança climática sejam levadas a sério pelo Brasil. Esperamos que a Amazônia, nosso maior patrimônio ambiental, seja tema urgente e prioritário do novo governo que se inicia este ano de 2023, assim como a educação e a pesquisa.

O que queremos destacar aqui, no auge da COP-27, é a responsabilidade dos grandes líderes empresariais e, especialmente, do governo nessa virada, seja combatendo, fiscalizando, alterando as leis ou as políticas nos negócios, fomentando empreendimentos sustentáveis, como a eletricidade sustentável e a agricultura regenerativa. Além da responsabilidade individual que já é esperada. Todos podem contribuir com o meio ambiente e ajudar a mudar a posição e a imagem do Brasil na corrida contra a destruição climática.

Cabe ainda reforçar o papel das instituições para o desenvolvimento destacado no início deste editorial e encerrá-lo com a citação inicial de North (1990) e um complemento: instituições (quaisquer que sejam – empresas, organizações em geral e governo) podem mudar as regras do jogo, seja ele político, social, econômico ou ambiental. São as restrições concebidas (pelas instituições) que moldam a interação (e a ação) humana no meio ambiente.

A seguir, apresentamos os artigos desta edição que entrelaçam diversos temas e contribuem também para os ODS, bem como para a preocupação global.

Apresentação dos artigos desta edição

Direcionamos nossa atenção à apresentação do conteúdo dos artigos que integram o volume 9, correspondente ao primeiro de 2023. Artigos estes submetidos no fim de 2021 e início de 2022, e que, após as rodadas de avaliação e revisão, seguiram o processo editorial até a etapa final de publicação. Os trabalhos tratam de assuntos plurais: desde características inovadoras (sob a ótica cultural), a Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações; tratando dentre outros assuntos sobre empreendedorismo inovador; a governança corporativa, *rating* soberano e alavancagem; aspectos que influenciaram no resultado financeiro de investimentos; e resiliência nas cadeias de suprimentos durante a pandemia (Covid-19). Esperamos que os leitores encontrem valor na miscelânea de temas, métodos e experiências aqui retratadas.

A edição é aberta com o artigo científico em inglês dos pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), André Luiz Mendes Athayde e Hebert Ivo Saraiva Coutinho. O trabalho é intitulado “*Innovation Individual Characteristics: A Cross-Cultural Comparison Between Brazilians and Americans*” e faz uma análise das diferenças de características inovadoras sob a perspectiva cultural entre indivíduos do Brasil e dos EUA.

O segundo artigo desta edição discute a aplicação da regulamentação legal dos planos de gestão de risco de corrupção. Sob o título “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas”, o estudo foi conduzido por três pesquisadoras da Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), Joana Sá Rodrigues, Rute Abreu e Cecília Fonseca.

Em seguida o artigo intitulado “Empreendedorismo Inovador: Proposição de um *Framework* Conceitual Integrativo”, elaborado pelos pesquisadores Débora Mendonça Monteiro Machado e Cristina Dai Prá Martens, da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Cláudia Terezinha Knies. Trata-se de uma análise dos fatores que constituem o empreendedorismo inovador a partir da literatura extraída nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Já o artigo “Governança Corporativa, *Rating* Soberano, Alavancagem e Desempenho da Firma: uma Análise em Nível Regional” foi desenvolvido por Duterval Jesuka e Fernanda Maciel Peixoto, ambos pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A pesquisa fundamenta-se na análise da relação entre o *rating* soberano, a governança corporativa, a alavancagem e o desempenho das empresas listadas na B3.

Os pesquisadores Vinicius Cesar Santos Magalhães e Márcia Siqueira Rapini, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e a pesquisadora Solange Gomes Leonel, desenvolveram o artigo “Uma análise sobre os fatores que influenciaram no resultado financeiro dos investimentos realizados pelo FMIEE CRIATEC”, que busca identificar quais fatores influenciaram o seu resultado financeiro dos investimentos realizados pelo Fundo Criatec, voltado para o investimento em empresas *startups*.

A edição se encerra com o artigo “Resiliência nas Cadeias de Suprimentos: Um panorama dos estudos atuais no contexto da Covid-19”, de autoria de quatro pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Túlio Gomes, Márcio Alves Pimenta, Marlos Rocha de Freitas e Luciana Carvalho. O texto visa identificar, por meio de uma revisão sistemática da literatura científica, como a resiliência nas cadeias de suprimentos está sendo estudada em contextos de pandemia da Covid-19.

Por fim, agradecemos aos nossos colaboradores – particularmente autores, revisores e leitores – e desejamos que nossa audiência aproveite o conteúdo desta edição. Mais do que isso, desejamos um 2023 espetacular para todos!

Volta Redonda, 1º de janeiro de 2023.

Referências

Abdalla, M. M. (2018). Crescendo Sustentavelmente numa Linha Editorial Transparente. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 4(1), 1-4. <https://doi.org/10.20401/rasi.4.1.228>

- Acemoglu, D., & Johnson, S. (2005). Unbundling institutions. *Journal of Political Economy*, 113(5), 949-995. <https://doi.org/10.1086/432166>
- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. New York: Crown.
- Amaral, M., Fischer, B. B., Silva, S. S., Oliveira, V. C. S., Tello-Gamarra, J., Neves, L. A., Paiva, L. E. B. & Carraro, E. R. (2022). Sobre editoriais, pesquisa científica e depressão coletiva de uma nação sem projeto. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 8(3), 01-05. <https://doi.org/10.20401/rasi.8.3.749>
- Amaral, M., Fischer, B. B., Carvalho, R. S., Oliveira, V. C. S. (2020a). Para que serve o editorial? Para desejar Feliz 2020? *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 6(1), 01-04. <https://doi.org/10.20401/rasi.6.1.426>
- Amaral, M., Fischer, B. B., Carvalho, R. S., Oliveira, V. C. S., Silva, S. S., & Carraro, E. R. (2020b). A Crise e a Oportunidade da Pandemia – Por uma Nova Política de Desenvolvimento. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 6(3), 01-06. <https://doi.org/10.20401/rasi.6.3.519>
- Castellacci, F., & Natera, J. (2013). The dynamics of national innovation systems: a panel cointegration analysis of the coevolution between innovative capability and absorptive capacity. *Research Policy*, 42(3), 579-594. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2012.10.006>
- Dahlman, C. (1994). Technology strategy in East Asian developing economies. *Journal of Asian Economics*, 5(4), 541-572. [https://doi.org/10.1016/S1049-0078\(10\)80010-7](https://doi.org/10.1016/S1049-0078(10)80010-7)
- Da Silva, M. D., & Fearnside, P. M. (2022). Brasil: meio ambiente sob ataque no governo Bolsonaro. *Amazônia Real*. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/brasil-meio-ambiente-sob-ataque-no-governo-bolsonaro/> Acesso em 07 de dezembro de 2022.
- Freeman, C. (1995). The National System of Innovation in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19(1), 5-24. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035309>
- Glaeser, E., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2004). Do institutions cause growth? *Journal of Economic Growth*, 9(3), 271-303. <https://doi.org/10.2139/ssrn.556370>
- Hall, R., & Jones, C. (1999). Why do some countries produce so much more output per worker than others? *The Quarterly Journal of Economics*, 114(1), 83-116. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3595>
- Johnson, B. (1992). Institutional learning. In: Lundvall, B. (ed). *National Systems of Innovation*, London: Pinter.
- March, J., & Olsen, J. (2006). Elaborating the New Institutionalism. In: Rhodes, R., Binder, S., & Rockman, B. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199548460.001.0001>
- Nasierowski, W., & Arcelus, F. (2003). On the efficiency of national innovation systems. *Socio-Economic Planning Sciences*, 37(3), 215-234. [https://doi.org/10.1016/S0038-0121\(02\)00046-0](https://doi.org/10.1016/S0038-0121(02)00046-0)
- Nelson, R., & Sampat, B. (2001). Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 44(1), 31-54. [https://doi.org/10.1016/S0167-2681\(00\)00152-9](https://doi.org/10.1016/S0167-2681(00)00152-9)

- Niosi, J. (2002). National systems of innovations are “x-efficient” (and x-effective). *Research Policy*, 31(2), 291-302. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(01\)00142-1](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(01)00142-1)
- North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Oliveira, V. C. S., Amaral, M., & Carraro, E. R. (2021). A necessidade contemporânea de se defender o óbvio: a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e o fato de que todas as ciências são humanas. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 7(2), 01-06. <https://doi.org/10.20401/rasi.7.2.593>
- Ostrom, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press.
- Pinto, H., & Pereira, T. (2013). Efficiency of innovation systems in Europe: an institutional approach to the diversity of national profiles. *European Planning Studies*, 21(6), 755-779. <https://doi.org/10.1080/09654313.2012.665033>
- Rodrik, D. (2000). Institutions for high-quality growth: what they are and how to acquire them. *Studies in Comparative International Development*, 35(3), 3-31. <https://doi.org/10.1007/BF02699764>
- Ruffoni, J., Fischer, B. B., & Amaral, M. (2021). A Contribuição da Economia Industrial e da Tecnologia Para as Temáticas de Administração, Sociedade e Inovação. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 7(1), 01-06. <https://doi.org/10.20401/rasi.7.1.562>
- Tebaldi, E., & Elmslie, B. (2013). Does Institutional Quality Impact Innovation? Evidence from Cross-Country Patent Grant Data. *Applied Economics*, 45(7), 887-900. <https://doi.org/10.1080/00036846.2011.613777>
- Whitley, R. (2007). *Business systems and organizational capabilities – the institutional structuring of competitive competencies*. Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199205172.001.0001>